

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 752 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1998

Malan explica ajuste hoje no Senado. ACM prega consenso sobre medidas

Ministro comparece ao plenário, às 10h, a convite de três comissões. Presidente do Senado considera "um pouco amargo" aumento de 0,20% para 0,38% da alíquota da CPMF e defende diálogo entre Executivo e Legislativo sobre os números



O plenário, que discutiu ontem o ajuste fiscal, reúne-se hoje para ouvir o ministro Pedro Malan

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparece hoje, às 10h, ao plenário do Senado para explicar o conjunto de medidas do ajuste fiscal. O convite a Malan foi feito pelas comissões de Assuntos Econômicos, de Justiça e de Relações Exteriores.

Vários senadores pretendem questionar o ministro sobre as medidas, que incluem aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e da contribuição previden-

ciária dos servidores.

Ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães, que presidirá a reunião, considerou "um pouco amargo" o aumento de 0,20% para 0,38% da alíquota da CPMF.

O presidente do Senado disse que o Congresso Nacional pode apresentar alternativas a esse aumento. Ele ressaltou a importância do diálogo entre o Executivo e o Legislativo em busca de um consenso.

PÁGINAS 4 E 5

Propostas repercutem no plenário

As propostas para o ajuste fiscal anunciadas pelo governo repercutiram ontem no plenário do Senado. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que o governo não pode pedir urgência na tramitação das medidas após protelar sua adoção por motivos políticos.

Em discurso aparteado por diversos senadores, Roberto Requião (PMDB-PR) contes-

tou a análise do governo sobre a crise econômica. Segundo ele, os juros elevados pesam muito mais do que todos os "vilões de gastos" que o Executivo aponta.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que as medidas, como aconteceu com outras iniciativas anteriores, incidem sobre os pobres.

PÁGINAS 4 E 5

PLENÁRIO

Nomes poderão incluir apelidos

A possibilidade de inclusão de apelido "público e notório" no nome está prevista em projeto aprovado ontem pelo plenário. A proposta será enviada ainda nesta semana à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

PÁGINA 3



Na CCJ, Reinaldo Coelho disse que Defensoria quer garantir acesso dos mais pobres à Justiça

Defensor da União ganha novo mandato

O plenário aprovou a recondução do defensor público-geral da União, Reinaldo Silva Coelho. Ele também teve o seu nome aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que o sabatinou ontem.

PÁGINA 6

CAS aprova restrições a demissão

PÁGINA 8

ORÇAMENTO

Líderes acertam tramitação rápida

Os líderes partidários concordaram ontem em votar dentro de pouco mais de um mês o projeto de Orçamento da União para 1999. O anúncio do acordo foi feito pelo relator da proposta, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

PÁGINA 2



QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA

Senador Antonio Carlos Magalhães

- ▶ 10h - Preside reunião conjunta da CAE, CCJ e CRE
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta - *PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária; e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas; *Requerimento nº 508/98, de autoria dos senadores Geraldo Melo e outros, solicitando a criação de uma Comissão Especial Temporária, para examinar a execução do Programa de Ajuste Fiscal a que se refere a Lei nº 9.496/97 e para levantar as medidas efetivamente tomadas no âmbito do Programa; *PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao art. 846 da CLT, para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; substitutivo da Câmara ao *PLS nº 61/95, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.010/66, que organiza a Justiça Federal de primeira instância; substitutivo da Câmara ao *PLS nº 172/91, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação anual de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções em entidades da administração direta e indireta

COMISSÕES

- ▶ 9h30 - Comissão Especial destinada a verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do polígono das secas do estado de Minas Gerais. Local: Sala 2 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 10h - Audiência Pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o plano de ajuste fiscal do governo. Local: Plenário do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- ▶ Sexta-feira (30.10.98)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

Líderes fecham acordo para votar proposta de Orçamento em um mês

O relator do projeto, senador Ramez Tebet, fez um apelo ao governo para que envie ao Congresso até o dia 6 de novembro a nova previsão de receitas e despesas da União para 1999

A apreciação da proposta orçamentária para 1999 pelo Congresso será feita, excepcionalmente, em rito sumário de pouco mais de um mês, conforme cronograma consensual definido ontem à tarde pelas lideranças partidárias, anunciou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele fez um apelo ao governo para que o Executivo envie a revisão da proposta entre os dias 3 e 6, em cumprimento ao prazo anunciado pelo ministro do Planejamento, Paulo Paiva.

— A Comissão de Orçamento não será homologatória — assegurou o senador.

As mudanças na tramitação do Orçamento têm por objetivo a votação da proposta no prazo constitucional de 15 de dezembro e constam de projeto de resolução a ser submetido à apreciação do plenário do Congresso na semana que vem. A principal alteração à Resolução nº 2, que regula a tramitação normal da proposta orçamentária no Congresso, reestrutura o fun-

O acordo de lideranças estabeleceu prazos de tramitação a serem contados a partir do dia 9 de novembro, na expectativa, no entanto, de que o Executivo "não sacrifique a Comissão de Orçamento", como disse o relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A contar do dia do recebimento da revisão da proposta orçamentária pelo Congresso, deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

- até 3 dias para publicação e distribuição de avulsos (12/11);
- até 8 dias para apresentação de emendas (20/11);
- até 2 dias para publicação e distribuição dos avulsos das emendas (22/11);
- até 17 dias para apresentação e votação do relatório do colegiado (9/12);
- até 3 dias para sistematização do parecer da Comissão de Orçamento (12/12);
- até 2 dias para votação do parecer na comissão (14/12);
- um dia para discussão e votação da redação final no plenário do Congresso (15/12).

cionamento da relatoria suprimindo o parecer preliminar do relator e as relatorias setoriais.

Pela proposta das lideranças, será criado um colegiado, composto pelo relator e sete relatores adjuntos, que

teria a responsabilidade de elaborar o parecer final sobre a proposta do Executivo a ser submetido à deliberação do plenário da Comissão de Orçamento e do Congresso.

O projeto de resolução integra as orientações regularmente presentes no parecer preliminar do relator sob a forma de anexo com critérios para a apresentação de emendas e para remanejamentos no âmbito dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos. Quanto às emendas, elas poderão ser apresentadas pelas bancadas estaduais (até dez emendas), pelas comissões permanentes, pela comissão especial que estuda projetos públicos federais de irrigação (até cinco emendas) e pelos parlamentares, que individualmente poderão apresentar até 20 emendas.

O acordo entre as lideranças preservou o limite máximo global do ano passado para as emendas individuais — R\$ 1,5 milhão.

ACM recebe um senador e dois governadores eleitos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em seu gabinete, em audiências separadas, os novos governadores de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB, e de Tocantins, Siqueira Campos, do PFL. Segundo os governadores, foram visitas de cortesia. Siqueira Campos veio acompanhado de seu filho, Eduardo Siqueira, eleito senador pelo PFL.



O presidente do Senado conversou em seu gabinete com o futuro senador Eduardo Siqueira e com os governadores eleitos Marconi Perillo e Siqueira Campos

Comissão da seca fará seminário em Fortaleza

A comissão temporária que analisa as conseqüências da seca no Nordeste e em Minas Gerais reúne-se hoje, a partir das 9h30, na sala 2 da Ala Senador Alexandre Costa. Na pauta, estão a discussão da programação para o restante do ano e organização de um seminário, em Fortaleza, com

a participação de prefeitos, secretários estaduais e técnicos da Sudene, Dnocs, Ministério do Meio Ambiente, Ipea e Instituto de Meteorologia. Um seminário semelhante já foi realizado pela comissão em João Pessoa. O objetivo da comissão, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-

PB) é procurar caminhos para a convivência com a seca, a exemplo do que é feito em outros países que enfrentam severas condições climáticas.

Nesta reunião também será marcada a data — provavelmente na próxima semana — de uma audiência pública em Brasília para divulgação à

imprensa de tudo o que a comissão já conseguiu reunir em matéria de técnicas de combate à seca. A comissão também informará sobre as medidas que o governo tem adotado para auxiliar os flagelados do Nordeste e do Polígono das Secas de Minas Gerais.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Apelido poderá ser incluído no registro civil

Plenário do Senado aprova projeto que permite a incorporação, mas não a substituição, do apelido ao nome de qualquer pessoa. Justiça vinha autorizando mudança na identidade apenas para crianças e adolescentes

Qualquer pessoa que queira substituir seu nome por um apelido "público e notório" deverá requerer essa mudança em juízo. Os senadores aprovaram ontem projeto de lei com essa finalidade, o qual será enviado ainda nesta semana ao presidente Fernando Henrique Cardoso, para sanção.

A lei atual só prevê substituição de nome de criança ou adolescente adotado, mas os juízes vinham concedendo pedidos de pessoas que queriam incorporar o apelido ao nome, mas sem substituição. Tais solicitações

têm sido mais freqüentes no meio artístico e político.

O projeto, apresentado na Câmara pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, recebeu parecer favorável, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), que relatou a matéria. Para o senador, a mudança na lei vem apenas confirmar o que a sociedade já decidiu, como mostram as decisões dos juízes. Além disso, o projeto pode colocar fim aos constrangimentos a que muitas pessoas, conhecidas nacionalmen-

te apenas por apelidos, são submetidas.

Durante a discussão da matéria, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), cujo nome de registro civil era Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros, revelou, bem-humorado, episódios em que esteve envolvido porque seu passaporte e a sua carteira de identidade não registravam o "Artur da Távola". O senador disse que adotou o pseudônimo para poder assinar colunas no jornal *Última Hora*, do Rio, depois de ter voltado de exílio.

Para Cafeteira, a mudança na lei vem apenas confirmar o que a sociedade já decidiu



Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou que há décadas os juízes vêm aceitando a incorporação do apelido ao nome e ele próprio,

como advogado, em Belo Horizonte, apresentou vários pedidos à Justiça.



Jefferson decidiu elaborar um novo substitutivo, que será votado na quarta-feira

ACM garante para quarta votação de limites de gastos com câmaras municipais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar na próxima quarta-feira (dia 4) um novo substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) à proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais. Requerimento de Jefferson neste sentido foi aprovado ontem pelo plenário. O presidente Antonio Carlos Magalhães garantiu a votação pelo plenário no mesmo dia, assim que a CCJ se pronuncie. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão, afirmou que a matéria terá tratamento prioritário na pauta.

A proposta, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), cria parâmetros para as despesas dos legislativos, variáveis de acordo com a população de cada município, e estabelece seis faixas para as despesas, relacionando o número de habitantes a uma porcentagem de sua arrecadação total, incluindo as transferências constitucionais.

Assim, os municípios com menos de dez mil habitantes não poderiam gastar mais de 8% de suas receitas com o Legislativo. Cidades com população variando entre dez mil e 50

mil habitantes teriam gastos limitados a 7% do orçamento; para municípios cujo número de habitantes varie de 50 mil a 100 mil, o limite seria de 6%; o limite ficaria em 5% no caso de cidades de 100 mil a 500 mil habitantes; 4%, quando a população estiver entre 500 mil e um milhão de pessoas; e 3%, em municípios com mais de um milhão de habitantes.

O substitutivo do relator, senador Jefferson Péres, alterava os limites e criava apenas três faixas, também proporcionais ao número de habitantes do município. No entanto, diante de argumentações dos senadores de que os municípios maiores acabariam gastando muito, Jefferson decidiu elaborar um novo substitutivo para a discussão na CCJ.

"A matéria é importante porque vem ao encontro das necessidades do ajuste fiscal. Mas verifiquei que a proposta original poderia criar sérios problemas aos municípios mais pobres", justificou Jefferson Péres. Ele reconheceu que o seu primeiro substitutivo tem falhas, "ao criar um teto de despesas muito elevado para os municípios maiores".

Senado regulamenta realização de plebiscito e referendo popular

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei que regulamenta a convocação e a realização de plebiscitos e referendos para que os eleitores decidam sobre "questões de relevância nacional", como prevê a Constituição de 88. Eles poderão ser convocados por decreto legislativo, depois de propostos no mínimo por um terço dos deputados ou dos senadores.

A regulamentação estabelece ainda que os projetos de iniciativa popular poderão ser apresentados à Câmara dos Deputados desde que assinados no mínimo por um por cento dos eleitores do país, residentes em pelo menos cinco estados. Como o Brasil tem

cerca de 106 milhões de eleitores, um projeto de iniciativa popular terá de contar com a assinatura, no mínimo, de 1 milhão e 60 mil eleitores.

O projeto recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Josaphat Marinho (PFL-BA). A proposta original foi apresentada no Senado pelo então senador Nelson Carneiro, tendo recebido um substitutivo na Câmara dos Deputados, o qual agora foi aprovado pelos senadores. A proposta será encaminhada à sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o texto, o plebiscito (convocado antes de uma

decisão legislativa ou administrativa) e o referendo (para que o eleitor concorde ou discorde da decisão) serão considerados aprovados se receberem metade dos votos dos eleitores.

No caso de desmembramentos de estados e municípios, o projeto estabelece que terão de votar tanto os eleitores da área a ser desmembrada quanto os eleitores de todo o estado ou município original.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) queria que fosse votada emenda para que a consulta fosse feita só aos eleitores da área em separação, mas o plenário não concordou.

Ministros do TST e concessões de rádio também são aprovados

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de quatro novos ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho, indicados pelo presidente da República. São eles Leonaldo da Silva, Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José Alberto Rossi.

Na mesma sessão, os senadores concordaram com a renovação, por mais dez anos, das concessões de três emissoras de rádio - Iguatemi, da cidade de Bebedouro (SP), Cultura, de Cambará (PR), e Fundação Frei João Batista Vogel, de Catalão (GO). Os projetos receberam pare-

ceres favoráveis dos relatores, senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Iris Rezende (PMDB-GO).

Também foi aprovada pelo plenário

a programação monetária do governo federal para o quarto trimestre deste ano. A mensagem do presidente da República recebeu parecer favorável do relator na CAE, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Projeto originário da Câmara que uniformiza os preços de asfalto em todos os municípios da Amazônia Legal também recebeu aprovação dos senadores. O autor, deputado Murilo Pinheiro, lembra que o governo uniformizou os preços dos combustíveis em todo o país e a mesma política deve ser estendida ao asfalto na Amazônia.



Plenário também aprovou projeto, oriundo da Câmara, uniformizando o preço do asfalto na Amazônia

ACM considera "um pouco amargo" o aumento da CPMF para 0,38%

Presidente do Senado acredita que diálogo entre Executivo e Legislativo pode gerar alternativas e permitir um consenso sobre os números do ajuste fiscal

Requião propõe pacto nacional pela produção

Em discurso muito apartado, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) contestou a análise do governo sobre a crise econômica, afirmando que o conjunto de medidas proposto ontem não trará o esperado desenvolvimento do país, com a geração de empregos que todos desejam. "O rombo das contas públicas deve-se, na proporção de 80%, aos juros, e em apenas 20% às despesas do Estado. Como resolver a questão se é justamente na parcela menor que o governo propõe cortes?", perguntou.

– O governo quer um ajuste fiscal enquanto mantém em 40% os juros internos. Isto pesa muito mais do que impostos, encargos trabalhistas, Previdência, funcionalismo e todos os vícios de gastos que o governo está apontando – disse.

Requião propôs que os senadores "questionem para valer" o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que virá hoje ao Senado para explicar as medidas. Para o senador, a resposta à crise passa por um movimento corajoso pela recuperação da capacidade produtiva do país, uma política industrial e agrícola consistente, uma política agressiva de exportações e um esforço pela geração de empregos que não se resume a "promessas falsas de uma campanha eleitoral falsificada".

– Mais de um quarto do parque industrial brasileiro resta ocioso, o que representa US\$ 250 bilhões parados em máquinas, tecnologia e instalações. Dinamizar esse parque não seria o caminho certo para obter crescimento de 5% a 6% na economia e absorver parte do 1,8 milhão de jovens que, por ano, procuram emprego? – argumentou Requião.

O senador pelo Paraná conclamou o empresariado nacional, sindicatos de trabalhadores, partidos, Congresso Nacional e brasileiros em geral que ainda não se curvaram à "maluquice globalizante", a resistirem à política econômica do governo. "Vamos firmar um pacto nacional que devolva aos brasileiros sua confiança na capacidade nacional de debelar a crise e fazer o país crescer novamente, com produção, empregos, segurança e bem-estar", concluiu.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou ontem "um pouco amargo" o aumento de 0,20% para 0,38% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para ele, o Congresso Nacional pode apresentar alternativas a esse aumento.

– O que o governo quer, preferencialmente, é o quantitativo para o ajuste. Se o Congresso der soluções para o quantitativo por várias vias, o governo não vai se opor. Mas há que se ter propos-

tas – afirmou.

Antonio Carlos ressaltou a importância do diálogo para que o Executivo e o Legislativo encontrem um consenso sobre os números do ajuste fiscal.

– O governo acha que esse número não é negociável; eu acho que sim – frisou.

O aumento da alíquota para 0,30% foi mais uma vez defendido por Antonio Carlos, que manifestou sua posição contrária a um percentual superior. Ele disse não acreditar, porém, que

a proposta do governo de aumento da alíquota da CPMF para 0,38% tenha sido apresentada apenas para que, na negociação, o Congresso aprove um percentual menor.

Sobre o déficit da Previdência Social, o presidente do Senado disse que são necessárias medidas rápidas.

– A Previdência quebra, sem medidas urgentes. E quebra por um acúmulo de erros que chegam ao ponto do impossível – comentou.



Lauro Campos apoiou, em aparte, o pronunciamento de Requião



Simon sugeriu o envio do discurso do senador paranaense ao ministro Malan



Dutra disse que o governo propôs um ajuste recessivo sem parar a sangria dos juros

Medidas provocam debate em plenário

Para impedir que o ministro Pedro Malan envolva os congressistas "em números falsos e análises distorcidas", o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento à Mesa pedindo que sejam respondidos, durante sua apresentação de hoje nas comissões do Senado, ou em data posterior, na Comissão de Assuntos Econômicos, os pontos que ele levantou em seu pronunciamento de ontem no plenário.

Em apartes, os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Lauro Campos (PT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ernandes Amorim (PPB-RO) aplaudiram as teses expostas por Requião e concordaram com as dúvidas

que ele levantou em seu discurso. Simon propôs que o documento fosse imediatamente enviado a Malan para que ele preparasse suas respostas.

Para José Eduardo Dutra (PT-SE) o governo propôs um programa recessivo sem parar a sangria dos juros. "E veio nos pedir para ajudá-lo nessa tarefa inglória de enxugar gelo", disse, apoiando a tese de Requião de que os problemas centrais do país são os juros e o serviço da dívida interna.

Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o programa apresentado ontem pelo ministro Malan não inclui medidas que revertam os erros principais do governo de sobrevalorizar o câmbio e promover uma abertura abrupta

demais às importações, fatores que levaram à necessidade de atrair capitais a taxas de juros cada vez mais altas. "Também não manifestou preocupação com o combate ao desemprego", criticou o senador.

Para concluir, Requião afirmou que a proposta do governo seria levada mais a sério no Congresso se incluísse a licitação do Palácio da Alvorada para utilização por um *buffet*, bem como a imediata mudança do presidente Fernando Henrique Cardoso para um apartamento funcional. "Uma providência como essa estaria de acordo com os sacrifícios que o governo está propondo aos demais brasileiros."

Defesa agropecuária entra na pauta

A Ordem do Dia de hoje no Senado prevê a votação de projeto de lei da Câmara que estabelece dispositivos para a defesa agropecuária. O projeto cria o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, para integrar a vigilância sanitária de animais e vegetais nas várias instâncias do poder público. Além disso, pretende agregar as ações dessa área ao Sistema Único de Saúde, com a colaboração de instituições oficiais, produtores e trabalhadores rurais e órgãos de fiscalização das categorias profissionais ligadas ao setor. O relator do projeto, senador Osmar Dias (PSDB-PR), ofereceu parecer favorável.

Outro ponto da pauta diz respeito à criação de comissão para analisar o andamento das medidas de ajuste fiscal, tomadas pelo governo em setembro do ano passado. Os senadores decidem ainda se acatam os pareceres pela prejudicialidade de projetos de lei sobre a organização da Justiça Federal e sobre a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções públicas.

Alcântara destaca transformação de escola cearense

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a Escola Técnica Federal do Ceará já está capacitada para se transformar em Centro Federal de Educação Tecnológica, conforme projeto apresentado em janeiro de 1998, encontrando-se no Ministério da Educação e Cultura para ser analisado. Lúcio Alcântara destacou que essa transformação foi um dos objetivos da gestão do atual diretor, Samuel Brasileiro Filho.

– Entre as diversas iniciativas desenvolvidas durante a gestão do diretor Samuel, vou fazer apenas menção aos programas voltados para a gestão da qualidade total, a reformulação curricular e a assistência ao educando carente – disse o senador, explicando que a transformação atende os interesses do Ceará.

Segundo ele, trata-se, acima de tudo, de uma concepção integradora da educação tecnológica, dentro do espírito da nova Lei de Diretrizes e Bases, na qual a extensão, a pesquisa e a difusão tecnológica adquirem grande importância.

Malan vem ao Senado explicar ajuste fiscal

Na audiência pública, marcada para as 10 horas de hoje, ministro da Fazenda deve ser questionado a respeito do aumento da CPMF e da contribuição previdenciária dos servidores e sobre o corte de incentivos à produção

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), confirmou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparece hoje, às 10h, ao plenário da Casa, para explicar o conjunto de medidas que compõem o programa de estabilização fiscal do governo. Serão atendidos assim convites das comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A reunião com Pedro Malan será presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Vários senadores pretendem questionar o ministro sobre a eficácia das medidas, que incluem o aumento da CPMF e da contribuição previdenciária de servidores ativos e inativos, assim como cortes nos incentivos fiscais do Norte, do Nordeste e da Zona Franca de Manaus.

Com as medidas, o governo pretende cortar R\$ 8,7 bilhões das

despesas da União. Ao discursar no final da sessão de ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sustentou que as razões do déficit público são os juros elevados e não as despesas do Estado. Aplaudido ao final de seu pronunciamento, Requião ouviu o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugerir que seu discurso fosse entregue ao ministro da Fazenda para que ele o responda integralmente, quando apresen-

tar-se hoje em plenário.

Em 22 de novembro do ano passado, Malan e o então ministro do Planejamento, Antonio Kandir, compareceram à sessão extraordinária do Senado para explicar a deputados e senadores as medidas econômicas adotadas pelo governo diante da crise resultante da quebra das bolsas asiáticas. Mais de 50 parlamentares, entre senadores e deputados, fizeram perguntas aos dois ministros.



Segundo Lobão, Brasil desperdiça US\$ 4,6 bi por não tratar lixo

Josaphat critica pedido de urgência

Para o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), o governo federal não pode pedir urgência na tramitação das medidas de ajuste fiscal após protelar sua adoção por motivos políticos. Segundo ele, o Poder Executivo já agira com imprevidência por não ter adotado medidas corretivas durante os três últimos anos.

O senador afirmou que não será correto para o governo nem decente para o Congresso aceitar a apreciação das medidas em regime de urgência. De acordo com Josaphat, prolongou-se a adoção das propostas por motivos políticos, apesar de o próprio Poder Executivo reconhecer a gravidade da situação. Ele lembrou que, mesmo antes do plei-

to, o presidente da República já havia manifestado a necessidade do ajuste imediato das contas públicas.

– O governo adiou-as para o segundo turno e evidentemente o fez para proteger candidatos que dependiam de votos – ressaltou Josaphat.

Segundo o parlamentar, se o Executivo achou por bem retardar a adoção das medidas, não deve agora atropelar o processo legislativo providenciando urgência para a sua tramitação. Essas medidas são de contenção de despesas

e redução da atividade econômica, para que o governo possa superar as dificuldades em que se encontra, explicou.

Para o senador, o governo é responsável pela crise e o Congresso não pode furtar-se a cumprir seu papel, no exame criterioso das medidas. Mas, em sua opinião, o exame não pode ser feito às pressas, de forma incompatível com o processo legislativo. “Quero apenas assinalar que ninguém é contra o exame das medidas e a adoção daquelas que se achar adequadas”, afirmou.



Josaphat Marinho

João Rocha aponta descontrolado dos gastos

Mesmo tendo debelado a inflação crônica em que o Brasil vivia, o Plano Real foi incapaz de produzir taxas de juros civilizadas, afirmou o senador João Rocha (PFL-TO) ao comentar a crise financeira mundial. Ele disse que hoje há um consenso de que as taxas de juros elevadas devem-se “à frouxidão da política fiscal”. Para o senador, isso ocorreu devido à incapacidade do governo central de manter os gastos públicos dentro dos limites do que o Estado, em seus três níveis de administração, arrecada.

Apesar dos aumentos de impostos nesses quatro anos de Plano Real, destacou, o déficit público atingiu a cifra de 7% do PIB.

– Um péssimo resultado. Junte-se a isso um déficit de 4% do PIB no balanço de pagamentos, e temos um quadro exato da inconsistência da atual política econômica.

Em sua análise sobre a crise financeira mundial, João Rocha sustentou que, para o Brasil ultrapassar a conjuntura desfavorável, é preciso que o

João Rocha cobra taxas de juros civilizadas



governo resista à tentação tanto de desvalorizar a moeda a curto prazo quanto de criar controles à saída de capitais estrangeiros. Ele explicou que essas medidas, tomadas no meio de uma crise cambial e com base em exemplos de outros países, só fazem piorar a situação.

– Desvalorizações nesse contexto, mesmo pequenas, saem facilmente do controle do país que as pratica, resultando em desvalorizações muito maiores do que se pretendia no início, em função do pânico que causa entre os investidores e a população em geral. Quanto ao con-

trole de saídas de capital, além de ineficaz, ocasiona a diminuição dos fluxos desses capitais ao país, uma vez normalizada a situação – declarou João Rocha.

Para o parlamentar, o perigo de depender “excessivamente” de poupança externa para financiar o desenvolvimento é uma lição que o Brasil parece ter dificuldades em aprender.

– Quero deixar bem claro que não me alinho entre os nacionalistas à moda antiga, que têm horror ao capital estrangeiro – ressaltou o senador.

Lobão reclama uso adequado do lixo urbano

Falando sobre o desequilíbrio ecológico resultante da má utilização do lixo, o senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou para os danos que pode causar à qualidade de vida das populações, sobretudo a do Brasil, ainda pouco preocupada com o assunto. “O lixo e suas conseqüências exterminam mais vidas humanas que muitas outras desgraças existentes no mundo”, advertiu o parlamentar, lembrando o potencial econômico e a lucratividade que o aproveitamento do lixo pode propiciar.

Ele informou que o lixo dos centros urbanos brasileiros chega a 100 mil toneladas diárias, das quais 60% de matéria orgânica. Lobão explicou que, se fosse recuperado, esse lixo resultaria numa economia de US\$ 4,6 bilhões, pois permitiria a reciclagem de 23 mil toneladas de compostos orgânicos, 15 mil toneladas de papel e papelão, 5,5 mil toneladas de plástico firme, 5 mil toneladas de plástico duro, 4,5 mil toneladas de metais ferrosos, 3 mil toneladas de vidro e mil toneladas de metais não-ferrosos.

No seu entender, a falta de compreensão do assunto é um problema grave, cuja seriedade ainda não foi avaliada, apesar de o problema suscitar preocupações internacionais. Conforme Lobão, no resto do mundo também não foram implementadas providências que dêem uma solução definitiva para os resíduos sólidos, contribuindo para deteriorar a qualidade de vida.

– Sabe-se que há um grave comprometimento da saúde pública nos países em desenvolvimento, onde menos de 10% dos resíduos urbanos são objeto de tratamento, que nem sempre é feito dentro das normas recomendadas – afirmou.



Para Júnia, servidores e aposentados também estão entre os mais prejudicados

Pobres pagam a conta, diz Júnia Marise

Ao registrar sua perplexidade diante das medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que elas, direta ou indiretamente, “outra vez incidem sobre a classe pobre, os servidores e aposentados”. A senadora se dispôs a discutir as medidas com o governo, “desde que haja inclinação para tal por parte do presidente e da equipe econômica”.

Na opinião da senadora, após pagar a Previdência durante 35 anos de trabalho para ter direito à aposentadoria, os trabalhadores agora vêem este contrato ser rompido pelo governo, “que de repente muda as regras do jogo”. Em relação ao aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%, Júnia Marise observou que a medida não incidirá apenas sobre os titulares das contas bancárias. “A CPMF incide em cascata, pois pequenos e médios empresários não pagarão essa conta sozinhos, transferindo-a para o preço dos produtos e serviços.”

Ao mesmo tempo em que prejudica trabalhadores, servidores e aposentados, o governo mantém intocadas as grandes fortunas e o latifúndio improdutivo, acrescentou.

Bezerra acusa governador de usar máquina administrativa

Denunciando o que chamou de "enxurrada de dinheiro" na campanha eleitoral de Mato Grosso, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse ontem que a reeleição representou um forte retrocesso na vida política brasileira e que, por isso, precisa ser revogada. "De agora em diante, empenhar-me-ei pelo fim da reeleição", anunciou.

Segundo Bezerra, os adversários na campanha, respaldados pela máquina estatal, invadiram as bases dos partidos coligados, cooptaram e aliciaram prefeitos, vereadores e lideranças de bairro. "Chegaram ao cúmulo de estabelecer uma tabela de pagamentos por adesão, com valores distintos para prefeitos e vereadores. Isso era público em todo o Mato Grosso", afirmou o senador.

Carlos Bezerra também lembrou de denúncia feita pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) sobre a manipulação de pesquisas em Mato Grosso. "Em fita gravada, o senador Júlio Campos foi incentivado, por um dirigente de um importante instituto de pesquisa, a espalhar boatos dizendo que estava na frente", revelou.



Carlos Bezerra: contra o instituto da reeleição

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que também foi vítima do uso de meios ilícitos por parte do governo estadual na campanha em R o n d ô n i a , principalmente em relação às pesquisas. "Elas foram usadas para deturpar a real situação dos candidatos", afirmou. Amorim anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição para rever o instituto da reeleição.

O senador Djalma Falcão (PMDB-AL) disse ter conhecido o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, como "paladino da moralidade, mas parece que, ao transferir-se para o ninho tucano, esqueceu seu passado". Djalma Falcão acrescentou que a máquina de governo foi usada em todos os estados e que está colhendo assinaturas para uma proposta de emenda constitucional que revogue o instituto da reeleição em todos os níveis.

Aprovado projeto de proteção à mulher

Proposta, que agora será votada pelo plenário, obriga empresas com mais de 100 empregados a criarem programas especiais de incentivo e de aperfeiçoamento

Parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projetos de lei da deputada Rita Camata (PMDB-ES) e do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) que protegem o mercado de trabalho da mulher foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Simon diz que mercado ainda discrimina mulher

A proposta segue para apreciação em plenário. Para Simon, que acolheu o substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as mulheres vivem uma "real situação de discriminação" no mercado de trabalho.

– Apenas 35,5% da população economicamente ativa do país é constituída por mulheres. Além disso, o rendimento médio dos homens chega quase ao dobro do rendimento das mulheres – argumentou o relator.

O substitutivo veda práticas que diferenciam homens e mulheres para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional. Segundo Simon, a gravidez passa a ter proteção efetiva. A proposta determina que as empresas não

poderão implantar programas de planejamento familiar, que devem ser executados através do Sistema Único de Saúde. A dispensa da trabalhadora também não pode, pelo substitutivo, violar os princípios de igualdade entre os sexos.

Ainda segundo o texto aprovado, instituições governamentais dedicadas à formação de mão-de-obra são obrigadas a fornecer vagas para homens e mulheres, e empresas com mais de 100 empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivo e aperfeiçoamento.

A CCJ também aprovou, com o voto contrário de Simon, emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que retirou do substitutivo o dispositivo que criava o Fundo de Capacitação Profissional da Mulher. Segundo a Constituição, a destinação de recursos orçamentários é de competência privativa do Poder Executivo. A criação de fundos deve ser feita por lei complementar.

Como solução, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) comprometeu-se a apresentar projeto de lei complementar criando o Fundo de Capacitação Profissional da Mulher e a apresentar emenda ao Orçamento da União incluindo receita para essa finalidade.

Trabalho escravo poderá ter penas mais severas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) favorável ao projeto de lei da Câmara que estabelece penas severas a quem promover trabalho forçado ou escravo. Apresentado pelos deputados Paulo Rocha (PT-PA) e Tuga Angerami (PSDB-SP), o projeto segue agora para a apreciação do plenário.

– Dada a existência de práticas coercitivas em alguns estados e tendo em vista que a mera fiscalização pelos órgãos competentes não tem sido suficiente para desestimular a propagação dessas condutas contra os trabalhadores, restou evidente ser imprescindível a adoção de medidas hábeis à sua supressão – relatou Josaphat, depois de analisar a proposta que altera e introduz artigos ao Código Penal.

Quem patrocinar o trabalho escravo – seja por obrigar alguém a comprar mercadorias em determinado estabelecimento, a fim de impedir o desligamento do serviço antes do pagamento da dívida, ou por coação ou retenção de seus documentos pessoais – estará sujeito a pena de detenção de um a dois anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada. Caso a vítima seja menor de 18 anos, idoso, gestante, indígena ou portador de deficiência física ou mental, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

O projeto, aprovado por unanimidade, define como crime o aliciamento de trabalhadores com o fim de levá-los para outra localidade, com pena de um a três anos de prisão, além de multa. Essa também é a pena para quem recrutar trabalhadores longe do local de trabalho.



Sabatinado, Coelho explicou as dificuldades para levar a Justiça aos mais pobres

Plenário aprova recondução de defensor público-geral

O plenário do Senado aprovou ontem, no final da tarde, a recondução de Reinaldo Silva Coelho ao cargo de defensor público-geral da União para o biênio 1998-2000. A decisão tinha recebido parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião realizada pela manhã.

Na CCJ, Coelho traçou um quadro das dificuldades enfrentadas por dois terços da população brasileira que "não têm acesso à Justiça", dada a carência de recursos, e também pelo fato de o Estado ainda não ter estruturado a Defensoria Pública. Ele lembrou que, apesar de a instituição ter sido criada pela Constituição de 1988, "por enquanto só existem 31 defensores, trabalhando em apenas 12 estados, o que representa muito pouco". Ressaltou a importância da Defensoria Pública, que tem como principal função intermediar as relações do Estado com a sociedade civil.

Reinaldo Coelho mostrou-se, no entanto, confiante na aprovação do projeto que regulamenta a Defensoria Pública e que se encontra no Ministério da Justiça.

– Essa proposta poderá viabilizar a contratação de 1.072 novos defensores para atuarem em todo o país – afirmou.

Durante a sabatina que se seguiu à exposição de Reinaldo Coelho, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a falta de empenho do governo "para tirar medidas importantes do papel e transformá-las em ação".

– É por isso que, apesar de a Constituição garantir trabalho, educação, moradia, saúde e acesso à Justiça a toda a população, parece que tudo é de mentirinha – disse.

Simon propôs – e o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aceitou – que seja enviado ofício solicitando o comparecimento à comissão do defensor e do subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Gilmar Ferreira Mendes, em junho de 1999. O objetivo da audiência é avaliar as providências que foram tomadas nesse período para viabilizar uma efetiva implantação da Defensoria Pública em todo o país. Para o senador Francelino Pereira (PFL-MG), o acesso da população à Justiça continua precário, tanto em Minas quanto no restante do país, o que só poderia ser superado com um esforço que não está acontecendo. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que até há pouco tempo ninguém poderia ser promotor sem antes ter tido uma experiência como advogado dos mais humildes. Ele ressaltou que não há cidadania sem garantia de acesso à Justiça para todos.

Já o senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que, em Santa Catarina, a defesa dos mais pobres tem sido feita pela Ordem dos Advogados do Brasil porque a Defensoria não existe lá. Reinaldo Coelho admitiu que grande parte dos problemas levantados pelos senadores é verdadeira. No entanto, ele confia em que, no próximo biênio, por meio de uma atividade mais próxima aos órgãos públicos, principalmente ao Congresso, conseguirá colocar a "casa em ordem".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), único a não votar favoravelmente à indicação de Reinaldo Coelho, esclareceu sua posição:

– Meu voto não foi contra o nome indicado, mas por achar impossível levar adiante o projeto de instalação da Defensoria, em face do atual quadro institucional e da falta de recursos.



CCJ aprovou por unanimidade substitutivo a projeto de Simon

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde Todo Dia - Atividade: Karatê
 6h30 - Especial/UNIP - o médico Dráuzio Varella entrevista Alois Bianchi sobre Pediatría (2ª parte)
 6h55 - Senado em Pauta
 7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Remo
 7h30 - Especial Unip - O médico Dráuzio Varella entrevista Beatriz de Camargo sobre Câncer de criança (2ª parte)
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Karatê
 8h30 - Jornal do Senado
 8h55 - Senado em Pauta
 9h - Cores do Brasil - Em destaque, o Rio de Janeiro
 9h30 - Entrevista - O cineasta Luiz Carlos Lacerda fala sobre o cinema nacional e a Lei do Audiovisual
 10h - Reunião Conjunta das Comissões: CCJ, CAE e CRE (ao vivo) - o ministro da Fazenda, Pedro Malan, estará presente à reunião
 12h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, a Serra dos Órgãos.
 12h30 - Entrevista - O cineasta Luiz Carlos Lacerda fala sobre o cinema nacional e a Lei do Audiovisual
 13h - Cores do Brasil - Em destaque, o Pernambuco
 13h30 - Debate - O senador Jefferson Péres e o ministro Fernando Jacques (Ministério das Relações Exteriores) debatem o Tratado de Cooperação da Amazônia
 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 18h30 - Entrevista - O cineasta Luiz Carlos Lacerda fala sobre o cinema nacional e a Lei do Audiovisual
 18h55 - Senado em Pauta
 19h - Cores do Brasil - Em destaque, o Ceará

19h30 - Debate - O senador Jefferson Péres e o ministro Fernando Jacques (Ministério das Relações Exteriores) debatem o Tratado de Cooperação da Amazônia
 20h30 - Entrevista - O cineasta Luiz Carlos Lacerda fala sobre o cinema nacional e a Lei do Audiovisual
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - Espaço Cultural - Apresentando Ariano Suassuna.
 22h - Plenário (reapresentação)
 Logo após o Plenário, assista a entrevista de Fernando César Mesquita com a cantora Fafá de Belém
 Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão"

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 10h - Audiência Pública Conjunta das Comissões de Constituição Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Relações Exteriores (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Reprise da sessão plenária
 Em seguida - Música e informação

CCJ

Prazo para restituição do IR poderá ser de 60 dias

Projeto do senador Pedro Simon recebe parecer favorável e será agora apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo

Projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que a restituição do Imposto de Renda descontado na fonte seja paga 60 dias após a entrega da declaração obteve ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ressaltou que a proposta procura neutralizar

as "cruciais desvantagens dos contribuintes nas suas relações com o fisco".

Apesar de considerar a proposição "inquestionável quanto ao seu mérito", Dutra apresentou substitutivo para ajustar a redação do projeto. O parecer aprovado por unanimidade estabelece, ainda, que o imposto a ser restituído será acrescido de juros

com base no mesmo índice utilizado para atualização dos créditos da União. Como penalidade, o substitutivo estabelece que, caso o prazo de restituição não seja respeitado, incidirão juros de mora de 1% ao mês sobre o valor devido.

A proposta segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

Escola vai divulgar índice de repetência

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) relatou e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável ao projeto de lei da Câmara, do



Roberto Requião

deputado Maurício Requião (PMDB-PR), que obriga as escolas do país a divulgar os índices de evasão e repetência dos alunos. A proposta vai agora para a Comissão de Educação.

— A instituição de uma diretriz nacional, que determine a produção e divulgação de indicadores educacionais nas escolas e nos sistemas de ensino, permitirá aos pais e às comunidades o acompanhamento mais efetivo da educação que suas crianças recebem — afirmou o relator.

Para Requião, o desempenho dos sistemas de educação é insatisfatório. Segundo o senador, apenas 55% dos alunos da 1ª série do ensino fundamental foram promovidos em 1996. No ensino médio, apenas 24% dos jovens de 15 a 17 anos estão frequentando a escola.

— O projeto visa assegurar a produção, difusão e discussão dos dados estatísticos mais relevantes. Esse documento deve ser afixado em local de fácil visibilidade, de modo que todos aqueles que assim o desejarem possam tomar conhecimento de seu conteúdo — disse Requião.



Após receber os parabéns dos colegas da comissão, Josaphat — entre Roberto Requião e Pedro Simon — disse que estava "sensibilizado"

Josaphat Marinho recebe homenagem pelo seu aniversário

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) homenagearam ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pelo seu aniversário. O primeiro a parabenizar Josaphat foi o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que se levantou para abraçar o colega.

Em seguida, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um discurso destacando a atuação parlamentar e as qualidades do aniversariante. "Tenho orgulho de trabalhar com Josaphat. É uma lástima não podermos contar com sua presença no próximo ano. O vazio deixado pela sua ausência não será preenchido", afirmou Simon, referindo-se ao fim do mandato do senador, que não concorreu à reeleição. Ele sugeriu a Josaphat que não saia de Brasília e continue a circular pelos corredores do Senado, como fez o ex-senador João Calmon.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) disse conhecer de perto Josaphat há 40 anos, quando ambos eram membros do Parlamento baiano. "Ele começou perfeito e continua perfeito. Sou testemunha de sua competência e ga-

barito, sempre a serviço da Bahia e do Brasil", disse Bessa.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) revelou-se "explorador" dos conhecimentos políticos e legais do colega. "Ele se coloca como grande conselheiro e professor de todos nós", declarou Tuma. O senador colocou o seu gabinete à disposição de Josaphat a partir de 1999 para que ele continue no Senado Federal.

Emocionado, Josaphat se disse sensibilizado pelas palavras dos colegas. Nesse momento, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou que as manifestações de seus pares não eram de bondade, mas de reconhecimento dos méritos do homenageado. Cabral lembrou a atuação de ambos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

— Se esta comissão tivesse poderes de reconduzi-lo como senador *ad hoc*, o faria imediatamente. Josaphat está acima do bem e do mal — concluiu Cabral, que pediu o registro em ata das declarações dos senadores.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
 - Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
 - Polarização: Vertical
 - Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
 - Antena - 3,6 m LNB
 - Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
 - Symbol 3,2143MS-S
 - SEC 3/4
 - Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
 - SKYNET - canal 30
 - DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

CAS

Propostas de mudanças na CLT serão submetidas ao plenário

Comissão aprova pareceres favoráveis a projetos que revogam normas sobre direito de greve, facilitam o acompanhamento da fiscalização do trabalho e disciplinam a demissão por justa causa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem três pareceres sobre projetos que pretendem alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos projetos revoga os dispositivos sobre suspensão de trabalhadores e direito de greve, outro permite que trabalhadores e empresários acompanhem a fiscalização de um estabelecimento pelo Ministério do Trabalho, e os restantes restabelecem o contrato de trabalho se a demissão tiver sido ocasionada por discriminação política, religiosa, ideológica ou de natureza sexual. Os projetos apreciados na comissão, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), serão agora examinados pelo plenário do Senado.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) teve aprovado seu parecer favorável ao projeto do deputado



Casildo Maldaner considerou inconstitucionais três artigos da CLT

Paulo Paim que revoga os artigos 723, 724 e 725 da CLT. Os artigos tratam da suspensão de trabalhadores e do direito de greve, e foram considerados



Emília Fernandes deu parecer favorável a projeto sobre fiscalização do trabalho

inconstitucionais pelo relator.

Outro parecer examinado pela CAS foi o da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) favorável a projeto de lei do ex-deputado Tarso Genro. O projeto objetiva permitir que a fiscalização do Ministério do Trabalho seja acompanhada por representantes credenciados das categorias econômi-

cas e profissionais integrantes do estabelecimento fiscalizado. Na discussão, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) disse apoiar todas as tentativas de melhorar a CLT. Já o senador Djalma Bessa (PFL-BA) votou contrariamente, lembrando que a obrigatoriedade é uma das características da lei e que o projeto em questão apenas faculta o acompanhamento.

A CAS aprovou ainda substitutivo do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a sete projetos que tramitavam em conjunto, todos versando sobre rescisão contratual. O substitutivo estabelece que o empregado demitido sob alegação de justa causa deverá ser comunicado por escrito, com indicação expressa dos motivos, e que, se comprovado em juízo que a demissão decorreu de discriminação, o contrato será restabelecido.

Aprovada a Linguagem Brasileira de Sinais



Marina Silva apresentou substitutivo

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou substitutivo da senadora Marina Silva (PT-AC) a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que define a política de uso e reconhecimento da Linguagem Brasileira de Sinais. O projeto objetiva ajudar a integrar indivíduos

os surdos à sociedade.

O substitutivo reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e determina que o poder público fica obrigado a garantir formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão. Além disso, os sistemas educacionais públicos devem incluir o ensino da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, em seus níveis médio e superior.

Rejeitado aumento da Cofins sobre cigarros

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Esperidião Amin (PPB-SC) contrário a projeto de lei do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que previa a elevação da Cofins de 2% para 20% sobre o faturamento correspondente à receita bruta das vendas de cigarros e bebidas alcoólicas. Pelo projeto, a receita obtida

com esse aumento seria aplicada na saúde pública.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) leu o parecer elaborado por Esperidião Amin, no qual o parlamentar argumenta que a arrecadação da Cofins, com a elevação da alíquota, passaria de R\$ 250 milhões para R\$ 2,5 bilhões, o que não seria suficiente para

resolver o déficit da saúde, calculado em R\$ 8 bilhões. O relator lembrou que já existe a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), cujos recursos são destinados à área da saúde e observou, ainda, que o aumento proposto poderia incentivar o contrabando de bebidas e cigarros.

Projeto combate poluição dos mares

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto de lei da Câmara que obriga terminais de recepção e embarque de petróleo e seus derivados a terem unidades de combate à poluição das águas. Entre as atribuições dessas unidades, está o controle da poluição, avaliação dos índices de poluição e adoção de normas apropriadas no que diz respeito à descarga de água de lastro.

O senador afirmou que o projeto é de grande interesse para o país, uma vez que muitos acidentes que poluem o mar aconte-

cem nos portos, no momento da limpeza dos tanques dos navios. "Os danos são ecológicos, econômicos e sociais", ressaltou. O senador acredita que é preciso defender o desenvolvimento sustentável e que tal iniciativa exige estruturas de prevenção e controle.

Em seu voto, Osmar Dias destacou que a poluição dos mares por petróleo é um problema que atinge muitos países. "Ao

contrário do que se possa imaginar, a poluição marítima causada pelo petróleo não decorre apenas de acidentes. A maioria dos lançamentos acontece em vazamentos nas operações de carga e descarga e deslastreamento", disse.

Realçaram a importância do projeto os senadores Lúcio Coelho (PSDB-MS), Emília Fernandes (PDT-RS) e Marina Silva (PT-AC).



Osmar Dias destacou importância da matéria

Cabral quer continuidade da emancipação dos indígenas

Ao reivindicar a continuidade do processo de emancipação dos povos indígenas, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) citou o exemplo bem-sucedido dos Waimiri-Atoari que, "de povo covardemente massacrado nos anos 70, transformaram-se hoje em senhores absolutos de seu destino". Mas, infelizmente, para os demais indígenas da região amazônica a prosperidade ainda não chegou, disse.

Cabral lembrou que a solução para os Waimiri-Atoari surgiu graças às indenizações recebidas por conta de três projetos nocivos que devastaram suas terras: a barragem de Balbina, a exploração de cassiterita e a pavimentação da BR-174. "Eles souberam investir os recursos das indenizações em fabulosas cadernetas de poupança, na piscicultura e na criação de gado. E até compraram ações do programa Boi Gordo, estando para receber suas 170 primeiras cabeças."

No entanto, as condições de vida das demais sociedades indígenas da Amazônia continuam péssimas, enfatiza Cabral. "As lamentações dos Yanomami, dos Macuxi, dos Maué, dos Tucanos, dos Taurepangue, dos Ingaricó, dos Uapichana e de muitos outros povos da Amazônia não são vazias de conteúdo nem de incontestável sinceridade, pontuada pela árdua realidade local. Tudo procede com devida legitimidade, porque se baseia em séculos de perseguição e massacre."

Diante desse quadro, o senador pelo Amazonas reivindicou o prosseguimento dos esforços de emancipação dos índios brasileiros. "Para que a história resgate, em definitivo, sua altivez, é imperioso que o país dê continuidade a esse processo, provendo condições políticas e econômicas que assegurem não só a sobrevivência, mas também as condições de auto-sustentação das aldeias e tribos que ainda restam no Brasil", concluiu Cabral.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que Cabral se notabiliza por defender os interesses da Amazônia e do Brasil.



Bernardo Cabral